

Até ao final de julho

## Politécnico adjudica obra da Esart

A construção do novo bloco pedagógico da Escola Superior de Artes Aplicadas de Castelo Branco deverá avançar a curto prazo. Carlos Maia, o presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco, pretende adjudicar a obra à empresa vencedora do concurso público internacional até ao final de julho.

Para já Carlos Maia não adianta o nome da construtora mas revela que o prazo de execução da obra é de 12 meses. O presidente do IPCB destaca o papel importante da Câmara de Castelo Branco em todo este processo. "Tivemos um aliado importante, a câmara municipal, foi uma tarefa difícil. Conseguimos chegar a bom porto e a determinação continua a ser a mesma", disse.

Carlos Maia explica que a obra, avaliada em cinco milhões de euros, tem as "componentes comunitária e nacional garantidas, sendo esta última sido assegurada pela Câmara de Castelo Branco".

Recorde-se que como o Reconquista referiu, a construção da Escola Superior de Artes Aplicadas (Esart) chegou a estar em risco. Depois da componente nacional estar garantida pela câmara albicastrense, dos fundos comunitários assegurados e do Ministério da Educação ter dado ordem para o lançamento do concurso público, o Conselho de Ministros aprovou uma resolução contrária.

O problema resumia-se ao facto da construção da Esart ainda não ter qualquer execução física, já que só há cerca de um mês o Ministério da Educação e Ciência deu luz verde para que o Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) pudesse lançar a obra a concurso, o que acabou por acontecer. "Foi muito difícil. Aliás foi um folhetim que um dia hei-de ter oportunidade de contar", diz agora o presidente do IPCB.

O custo da nova Esart é de cerca de cinco milhões de euros e tem o financiamento comunitário de 70%, sendo o restante pago pela autarquia, o que faz com que o Orçamento de Estado não tenha qualquer custo.

De referir que o processo para a construção de instalações definitivas para a Esart data de 2000, estando aprovado pelo Ministério da Educação e Ciência.

A Esart foi criada em 1997 e ocupa instalações provisórias na Escola Superior Agrária de Castelo Branco, tendo neste momento 744 alunos em sete cursos de licenciatura e cinco de mestrado.

Para Carlos Maia, "a construção da escola será uma obra emblemática para a cidade e para a região. O novo bloco pedagógico vai garantir melhores condições de ensino e mais prestação de serviços à comunidade a uma escola que apesar da sua idade tem um grande prestígio a nível nacional e internacional e que tem ganho diversos prémios não só em Portugal como no estrangeiro", disse.

### Centro zoonoses concluído

À margem do desfile de moda da Esart, Carlos Maia anunciou ainda a conclusão das obras do Centro de Investigação em Zoonoses. A obra, orçada em 592.885,86€, foi participada em 70% pelo Programa Operacional Regional do Centro (Mais-Centro).

De acordo Carlos Maia, a infraestrutura de carácter Sistema Científico e Tecnológico, vai permitir desenvolver estudos de investigação epidemiológicos e clínicos ao nível das zoonoses, através da colaboração multidisciplinar de investigadores e técnicos, e de instituições de natureza diversa, ligadas à Saúde Pública e à Veterinária, entre outras.

JC/CMS

## Propinas mantêm-se

O presidente do Instituto Politécnico de Castelo Branco garantiu ao Reconquista que vai manter as propinas para os cursos de licenciatura nos 840 euros. À margem do desfile de moda da Esart, Carlos Maia, confirmou ainda a abertura

de uma nova licenciatura em agronomia, a qual terá 25 vagas disponíveis no concurso geral de acesso ao ensino superior. No que respeita à oferta formativa, os cursos de Biologia Aplicada e Animação Cultural não terão qualquer vaga.

Ministério mantém intenção de encerrar tribunais

# Governo insiste no fecho de Oleiros e Penamacor

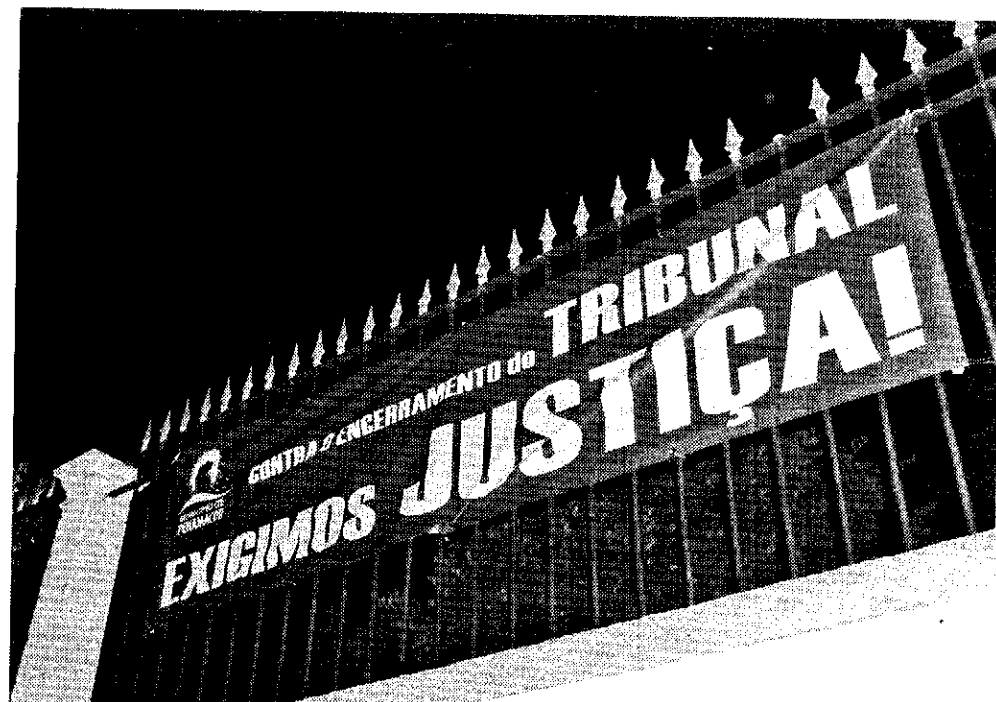
**O Ministério da Justiça voltou a afirmar a intenção de encerrar os Tribunais de Oleiros e de Penamacor. Para os dois concelhos estão apontadas extensões judiciais. Os autarcas já se opuseram à proposta. José Marques diz mesmo que em Oleiros o Tribunal dá lucro.**

Os autarcas de Oleiros e Penamacor já reagiram ao anúncio do Ministério da Justiça (MJ) em encerrar os tribunais naqueles concelhos. A proposta, divulgada na última semana, prevê a extinção de 47 tribunais, mais sete do que a proposta apresentada em janeiro. Em Castelo Branco, o MJ mantém a proposta de encerramento de Oleiros e Penamacor, estando prevista extensões judiciais.

### Tribunal de Oleiros dá lucro

José Marques, presidente da Câmara de Oleiros, recorda que a autarquia foi informada que aquele concelho ficaria com uma extensão do Tribunal da Comarca de Castelo Branco. "Após essa comunicação fizemos um novo ofício à Ministra da Justiça, ao Primeiro Ministro e ao Presidente da República, onde voltámos a reafirmar que não concordamos com a decisão do ministério".

O autarca assegura que o concelho se recusa a perder o Tribunal e aponta as razões descritas naquele comunicado. "Desde logo o número de processos que consta no documento do Ministério da Justiça não corresponde à verdade. Para além disso, o Tribunal de Oleiros, dos 57 que estão em risco, é aquele que menos onera o Ministério da Justiça pois apenas tem sete mil e 300



A contestação ao encerramento dos tribunais está a mobilizar as populações

euros para funcionamento por ano (sem contabilizar os vencimentos)".

José Marques frisa que "o Tribunal de Oleiros, no último ano, gerou receitas de cerca de 170 mil euros, as quais foram suficientes para pagar aos funcionários, sobrando ainda cerca de 45 mil euros. Ou seja, o Tribunal de Oleiros dá lucro".

José Marques adianta ainda que as condições do edifício "são excelentes, fruto das obras que a autarquia realizou, sem qualquer custo para o Ministério da Justiça". De resto, o Tribunal de Oleiros funciona em instalações cedidas gratuitamente pela Câmara, onde até a água consumida é suportada pelo município.

O presidente da autarquia diz ter recebido do Ministério da Justiça um documento a informar a Câmara de que "este processo não está fechado e que iria ser colocado à discussão pública durante cerca de 90 dias. Para além disso, já tive o cuidado de falar com altos responsáveis de Governo, alertando-os para este problema dos tribunais, o qual afeta muito as populações".

Caso não venha a existir um recuo por parte do Governo, os autarcas cujos concelhos podem vir a perder os tribunais decidiram, em reunião da Associação Nacional de Municípios, ir até Lisboa mostrar o seu descontentamento. "Será uma manifestação, agendada para o dia 28,

onde apenas participarão os representantes eleitos, como os presidentes de câmara, vereadores, e autarcas, responsáveis pelas freguesias. Há muitos colegas que estão solidários connosco nesta luta, pelo que poderão juntar-se cerca de 10 mil autarcas de todo o país".

Aquela proposta efetuada por José Marques na Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) foi aprovada e refere que apenas deverão participar os representantes eleitos das populações.

O presidente da Câmara de Oleiros esclarece, contudo que caso o Ministério da Justiça garanta que a extensão do Tribunal da Comarca de Castelo Branco em Oleiros vai manter a realização de julgamentos, não se oporá à ideia. "Desde que os serviços se mantenham como até aqui continuam a ser prestados nas mesmas condições, não importa o nome. O importante é manter os serviços e impedir que as pessoas se tenham que deslocar para resolverem os seus problemas".

### Penamacor contra e com faixas de protesto

A faixa com fundo preto, colocada pela autarquia de Penamacor no gradeamento do Jardim da República, tem uma mensagem clara: "Contra o encerramento do

tribunal. Exigimos justiça!". A Câmara Municipal de Penamacor não altera a posição já tomada sobre o futuro do tribunal da vila, mesmo depois do Ministério da Justiça propor a criação de uma extensão ligada a Castelo Branco, com a continuação dos serviços administrativos em Penamacor.

O argumento da poupança para os cofres do Estado é o primeiro a ser contestado pelo autarca Domingos Torrão.

"Até agora ninguém foi capaz de me explicar quais são as vantagens", disse ao Reconquista o presidente da Câmara Municipal de Penamacor. Segundo Domingos Torrão, o ministério "pouco tem a ganhar com isto e o prejuízo é extremamente elevado para as populações".

O Tribunal de Penamacor funciona em instalações camarárias e conta com um magistrado que se desloca ao concelho uma vez por semana.

Apesar da tomada de posição pública junto das populações, com a colocação da faixa, a autarquia continua a privilegiar o diálogo com o ministério, através da ANMP.

"Não é por irmos para a rua manifestarmos-nos contra isso que vamos ter resultados", defende o autarca, aludindo às manifestações que se multiplicam em diversas zonas do país.

João Carrega/José Furtado